

CADA VIRTUDE
REQUER UM HOMEM.
SÓ A AMIZADE
REQUER DOIS.
(POPULAR)

(Avença) Loulé

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

ANO XXII	19.5.76	Composto e Impresso GRÁFICA EDITORA	DIRECTOR E PROPRIETARIO	Redacção e Administração GRÁFICA LOULETANA
(Preço avulso 3\$50)	N.º 585	Av. João Ferreira da Maia, 20 Telef. 92091 RIO MAIOR	José Maria da Piedade Barros	Rua da Carreira Telef. 6 25 36 LOULÉ

Teria chegado finalmente a Hora do Algarve?

Quase diariamente recebemos correspondência do Gabinete de Planeamento do Algarve a revelar-nos pormenores da sua actividade — ao serviço do Algarve.

Bem desejaríamos dar pormenorizado relato desses factos, mas acontece que este jornal é quinzenário e por isso não conseguimos acompanhar o ritmo das notícias que nos chegam tão frequentemente, ora por falta de espaço, ora por falta de vagar para evitar que as notícias sejam iguais às de outros jornais. Porém, a notícia que hoje recebemos é de tal forma importante ao desenvolvimento do Algarve que não podíamos protelar divulgá-la.

Trata-se simplesmente de dar um importantíssimo passo na construção de pequenas barragens de terra, o que muito pode

contribuir para melhorar substancialmente as carências de água de que o Algarve está sendo vítima.

Alegre-nos muito especialmente saber que finalmente se pensa a sério no problema da piscicultura (continua na pág. 7)

Tomou posse das suas funções a Comissão Instaladora do Serviço de Saúde de Loulé

Hospital, Centro de Saúde e SLAT

acumulados ao longo de 48 anos, mas parece que durante os últimos 2 anos nada se fez de bom no sector da saúde e o povo apenas ouviu vãs promessas de que tem direito à Paz, ao Pão, à Saúde e à Habitação.

E como ninguém vive de promessas, todos sentimos que fomos enganados. E, pois, chegou a hora de fazer algo de proveitoso para quem precisa de assistência... que não seja só de palavras ocas.

Foi esta a ideia geral que colhemos no acto de posse da Comissão Instaladora dos Serviços de Saúde de Loulé, realizado no passado dia 6 de Maio.

Para o efeito deslocaram-se a Loulé o Director de Saúde do Distrito de Faro, sr. dr. César Guimarães, como representante da Secretaria de Estado da Saúde, que empossou os srs. dr. Francisco Bota Inês, delegado de Saúde de Loulé; dr. Alves Batalim, director do Hospital de Loulé; dr. Bertrand Benjamim Marques, representante do grupo Policlínico de Loulé, Humbertina Maria S. R. Miguel, representante do sector adminis-

trativo, Daniel Ramos Leandro, representante do sector auxiliar do Hospital de Loulé e José Viegas Bota, membro da Mesa do Hospital de Loulé e cuja extinção foi consumada pela criação da comissão agora empossada, como representante dos utentes.

Após o acto de posse, a que assistiram os ex-membros da Mesa do Hospital e a quase totalidade do pessoal que ali trabalha, usou da palavra o dr. (continua na pág. 4)

É PRECISO FAZER a Reforma Agrária

Toda a gente sabe que Portugal necessita de comprar ao estrangeiro mais de metade dos

géneros alimentícios que consumimos. Tal facto é do domínio público e não merece contestação. Parece, pois, bastante lógico que os homens que fizeram em 25 de Abril pensassem em acabar com tal estado de coisas, em cuja origem estaria o abandono (por razões diversas) de grandes porções de terra, que

(continua na pág. 10)

Carreiras aéreas Lisboa-Portimão

Integradas em período experimental, foram há dias inauguradas carreiras aéreas regionais que se destinam a beneficiar várias zonas do interior e do litoral.

A TAP procura assim tornar menos longas as distâncias entre os extremos de Portugal, dando que, nesta primeira fase, serve especialmente Trás-os-Montes, Covilhã, Sines e o Barlavento Algarvio.

Para a região sul ficarão estabelecidas as seguintes carreiras entre Lisboa-Portimão e Portimão-Lisboa, com escala em Sines; cujo período de voo é de 80 minutos:

PARTIDAS DE LISBOA: Terças-feiras, às 9 e às 17,10 horas; Sextas e Domingos, às 18,00 horas.

PARTIDAS DE PORTIMÃO: Terças-feiras, às 10,35 horas e às 18,40 horas; Sextas e Domingos, às 19,10 horas.

DIA DE ESPIGA EM SALIR

Tal como Alte, com o seu «Dia de Maio», também a simpática aldeia de Salir pretende manter a sua já tradicional Festa de Espiga, promovendo um programa tanto quanto possível caracteris-

tico para atrair forasteiros cuja presença quebrará a sua tradicional monotonia.

Por isso Salir esforça-se por levar a efeito um bom programa (continua na pág. 4)

Reestruturações de serviços no Hospital de Loulé

Após importantes obras de transformação e beneficiação de vários sectores, onde se gastaram cerca de 600 contos, entrou há dias em funcionamento o novo serviço de banco do Hospital de Loulé, agora instalado em nova área do rez-do-chão com frente directa para o quintal que tem acesso ao Largo Tenente Cabeçadas, tornando assim possível que um doente transportado numa ambulância ou automóvel fique apenas a escassos 10 metros da sala do banco, o que muito facilita uma maior rapidez em atender os casos de urgência.

Como complemento de apoio a esta nova zona, foi instalado um elevador com capacidade para transportar um doente numa maculeta, ficando em anexo, ao lado da sala principal, uma outra mais pequena para tratamentos, ligeiros e simultâneos quando seja necessário acudir a 3 ou 4 doentes, pois dispõem de 4 maculetas, um moderno aparelho para desinfecção de material e outros apetrechos para bom funcionamento dos serviços.

Em anexo existe ainda um

quarto para o médico de serviço e uma pequena sala de espera, parecendo-nos que tudo ali se conjuga para uma coordenação de esforços no sentido de servir o melhor possível os doentes. (continua na pág. 7)

Alte festejou o Dia do Trabalhador

Alte foi, no dia 1 de Maio, o ponto de confluência dos Algarvios.

A merecida fama de que goza pelo ar saudável que ali se respira e pela beleza da paisagem, influenciada pelo curso da sua pitoresca ribeira, levou aquela simpática aldeia uma multidão de forasteiros que de há muito se habituou a escolher Alte para disfrutar o seu Dia de Maio.

As filas de automóveis estacionados alongavam-se por quilómetros de extensão, dando-nos uma imagem elucidativa do nível de vida que, felizmente, os algar- (continua na pág. 10)



UM ASPECTO PARCIAL DA ALDEIA DE SALIR

A propósito de Direitos do Homem...

O GONÇALVISMO JÁ ACABOU?

No dia 26 de Abril de 1974, ao dirigir-se pela primeira vez ao emocionado povo português, a Junta de Salvação Nacional comprometeu-se a fazer respeitar a Declaração Universal dos Direitos do Homem, afirmando ir «Pautar

a sua acção pelas normas elementares da moral e da justiça, assegurando a cada cidadão os direitos fundamentais estatuidos em declarações universais e fazer respeitar a paz cívica, limitando o (continua na pág. 7)



Um aspecto característico da Aldeia de ALTE

Sociedade Agrícola de Vilamoura, S. A. R. L.

Vilamoura - Algarve

Relatório e contas de 1975

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas:

1 — Em 1975 completou-se o nono ano de existência da Sociedade Agrícola de Vilamoura.

Durante o exercício a gestão foi principalmente orientada no sentido da resolução dos problemas de maior relevância no conjunto da exploração agro-pecuária, na sua generalidade, resultantes das dificuldades criadas pelo agravamento dos custos de todos os factores.

Este agravamento e o desejo de se conseguir manter o completo emprego de todos os trabalhadores, incluindo a maioria dos que, noutras circunstâncias e por serem eventuais, já teriam regressado às terras de origem ou procurado outra actividade, colocou-nos perante alternativas de expansão dos sectores existentes, e da tentativa de promoção técnica dos elementos disponíveis, medida que se espera venha a reduzir a admissão sazonal de mão de obra para a execução de alguns trabalhos especiais.

Por outro lado, em consequência da orientação já anunciada no final do exercício de 1974 que previa a correcção do desenvolvimento das actividades no sentido de ampliar o sector da produção horto-frutícola, procura-se apoiar nesta actividade as medidas de fixação e promoção dos trabalhadores acima mencionados.

Assim, podemos relatar que a despeito de todas as dificuldades económicas que provocaram resultados muito mais desfavoráveis que nos anos precedentes, conseguiu manter-se a actividade num ambiente de bom clima de relações de trabalho e na prossecução dos objectivos desde há muito definidos, a saber:

— Alcançar nos próximos anos a produção de quatro milhões de litros de leite, aumentando também a produção de animais de talho;

— Expandir o aproveitamento das terras regadas com culturas forrageiras e horto-frutícolas e preparar a instalação de novos sectores de actividade;

— Dar satisfação continuada aos objectivos de promoção social e económica dos colaboradores da actividade, com a contra-partida de mais eficiente colaboração e produtividade.

2 — De acordo com os factos acima mencionados deu-se execução ou continuidade aos seguintes trabalhos:

— Selecção dos bovinos leiteiros o que faz aproximar de 5 000 litros o índice da produção média diária do estábulo, contra 3 041 litros registados em 1970. A produção global do ano foi de 1 872 737 litros, próxima do volume previsto e superior à do ano transacto em 150 567 litros. O produto bruto da exploração de gado e leite foi superior a 18 milhões de escudos;

— De exploração económica da vinha de uva de mesa uma vez que os trabalhos de implantação estão a aproximar-se do final. A casta dominante é a Cardinal, embora estejam presentes em superfície apreciável a Moscatel de Hamburgo e a Rosaka. A produção atingiu o valor de 1 122 831\$00;

— De ampliação das áreas de pomares de citrinos e de fruta precoce (damascos, pêssegos, nectarinas) que têm fins de sondagem de problemas técnicos e comerciais, para informar a instalação prevista de maiores extensões das mesmas espécies e ainda de intensificação da actividade de produção de horto-frutícolas com relevo para a cultura do morangueiro e para a de novidades hortícolas processadas em estufas de plástico. O valor conjunto do produto destes sectores cifrou-se em 2 031 668\$00;

— De conservação das plantações tradicionais e aproveitamento dos seus frutos. O produto global não foi além de 528 298\$50;

— De ampliação da rede de drenagem para aproveitamento de terrenos alagados e situações na periferia do sector 8 do plano de Vilamoura e da rede de rega com aproveitamento dos efluentes da vacaria;

— De conservação e ampliação das instalações, nomeadamente as de utilização social.

3 — Em consequência das dificuldades já mencionadas e como se pode verificar face aos elementos adiante referidos, os resultados do exercício foram negativos, facto que se deve principalmente à impossibilidade de adaptar imediatamente sectores de actividade sazonal para suportarem, no conjunto e em tempo anual completo, a carga salarial existente.

As medidas para correcção desta anomalia já referidas anteriormente foram iniciadas durante o decorrer do ano, esperando-se que apresentem resultados significativos nos próximos exercícios. Estas medidas presidiram à elaboração do plano de trabalhos para 1976 onde se faz a justificação do esforço financeiro indispensável ao relançamento da actividade nos próximos cinco anos.

4 — A conta de Ganhos e Perdas acusa um saldo negativo de 194 208\$90 que propomos transitar para o exercício seguinte.

5 — Durante o ano de 1975 recebemos colaboração valiosa de várias entidades oficiais, pelo que desejamos deixar expresso o mais vivo apreço, não só pelos resultados que proporcionaram mas também pelo espírito com que foram oferecidas, em particular quando se tornou indispensável, junto da Banca, resolver problemas de ordem financeira.

Por último não queremos deixar de referir o contributo da maioria dos trabalhadores da empresa para o desenvolvimento normal dos trabalhos, em particular quanto à compreensão da situação delicada que se atravessa, bem manifestada por intermédio e pela própria actuação da respectiva Comissão de Trabalhadores.

Aos colaboradores mais directos da Administração, em particular aos membros do Conselho Fiscal, o nosso melhor reconhecimento.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S.A.R.L.,
representada por Ten. Cor. Armando Rui Cerqueira Silva Paes
Construções de Vilamoura, S.A.R.L., representada por
Dr. Júlio Fernando da Cunha Batista Coelho
Eng.º Agrónomo António Manuel de Medeiros

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

Não foi possível, por dificuldades próprias, ao Conselho Fiscal acompanhar, como desejaria, a vida da Sociedade ao longo do exercício de 1975.

Apesar disso, a análise que acabou por fazer, dá uma certa segurança de que a escrituração existente reflecte a situação com que a Sociedade se apresenta no final do exercício em causa.

No aspecto contabilístico, nenhuns reparos, dignos de nota, há a registar. No essencial e de um modo geral a contabilidade encontra-se em ordem e devidamente arrumada.

No que toca aos valores, que constam do Balanço e da Conta de Ganhos e Perdas, não só conferem com a escrita, como estão documentados.

Verifica-se, por outro lado, que os valores do inventário e do imobilizado foram encontrados, numa perspectiva acitável, dentro de critérios valorimétricos que se consideram correctos.

Foram ainda feitas, no que foi possível, algumas provisões correspondentes a

Balanço em 31 de Dezembro de 1975

A C T I V O		
DISPONIVEL		
Caixa	236 759\$50	
Depósitos à Ordem	78 897\$90	315 657\$40
REALIZAVEL		
Devedores Diversos		2 263 742\$80
PERMUTAVEL		
Armazém Agrícola	3 723 887\$90	
Explorações em Curso	8 658 216\$10	12 382 104\$00
IMOBILIZADO		
Máquinas, Alfaias e Semoventes	5 168 975\$90	
Edifícios e Instalações	8 920 810\$20	
Plantações	3 178 262\$50	
Benfeitorias	376 632\$20	
Quotas em Cooperativas	60 740\$00	
Despesas 1.º Estabelecimento	61 138\$50	17 766 559\$30
RESULTADOS		
Ganhos e Perdas		194 208\$90
		32 922 272\$40
P A S S I V O		
EXIGIVEL		
a curto prazo		
Credores Diversos	10 358 935\$40	
Letras a Pagar	7 996 966\$40	
	18 355 901\$80	
a longo prazo		
Empréstimos Hipotecários	4 362 063\$30	22 717 965\$10
REGULARIZAÇÃO DO ACTIVO		
Amortizações e Reintegrações		4 789 563\$80
PROVISÕES		
Para juros a pagar ao IRA	402 546\$10	
Para pagamento dos Subsídios de Natal-75	645 910\$00	1 048 456\$10
SITUAÇÃO LIQUIDA		
Capital	4 200 000\$00	
Fundo de Reserva Legal	166 287\$40	4 366 287\$40
		32 922 272\$40

Conta de ganhos e perdas em 31 de Dezembro de 1975

D É B I T O		
Encargos de Exploração		
Com Pessoal	1 803 048\$90	
Gestão Geral	1 026 329\$30	2 829 378\$20
Encargos com Financiamentos		
Com Livranças	1 014 144\$20	
Com Saques de Fornecedores	123 118\$80	1 137 263\$00
Despesas de Conservação		
Renda da Quinta		31 612\$00
Amortizações de 1975		800 000\$00
		779 565\$80
Provisões		
Para pagamento dos subsídios de Natal		645 910\$00
		6 223 729\$00
C R É D I T O		
Resultados de Exploração		
Pecuária	5 668 603\$50	
Agrícola	104 039\$10	
Máquinas Agrícolas	123 588\$90	5 896 231\$50
Receitas Diversas		
		133 288\$60
		6 029 520\$10
Prejuízo no Exercício		
		194 208\$90
		6 223 729\$00

O TECNICO DE CONTAS

Rafael Gomes Neto

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, S.A.R.L.,
representada por Ten. Cor. Armando Rui Cerqueira Silva Paes
Construções de Vilamoura, S.A.R.L., representada por
Dr. Júlio Fernando da Cunha Batista Coelho
Eng.º Agrónomo António Manuel de Medeiros

encargos deste exercício que, todavia, só virão a ser suportados no exercício seguinte.

O prejuízo de 194 208\$90 com que a Sociedade encenou o exercício foi devido à razão, que vêm devidamente assinaladas no relatório do Ex.º Conselho de Administração, sendo de esperar que as medidas correctivas aí também referidas venham a traduzir-se futuramente em resultados significativos.

Nestes termos propomos:

Primeiro — Que seja aprovado o Relatório e as Contas referentes ao exercício de mil novecentos e setenta e cinco.

Segundo — Que seja aprovada a proposta do Conselho de Administração quanto ao saldo negativo verificado.

Terceiro — Que seja aprovado um voto de apreço a todos — Administração e Trabalhadores — que se têm empenhado no desenvolvimento da Sociedade.

Lisboa, 22 de Março de 1976.

O CONSELHO FISCAL
(assinaturas ilegíveis)

A PROTECÇÃO DA NATUREZA O NÚCLEO DE FARO E A PIRATARIA...

Recentemente criticámos nas páginas de «A Voz de Loulé» um texto publicado pelo chamado «Núcleo Regional de Faro da Liga Para a Protecção da Natureza» (o tal que informou ter a sua sede provisória nas instalações do Gabinete de Planeamento da Região do Algarve — o que motivou o envio duma carta do arquitecto Mendes Paula a desmentir a referida informação do «Núcleo»).

O texto que então criticámos falava de «teríveis devastações» que teriam sido cometidas por causa dos loteamentos turísticos... E o «Núcleo de Faro» da L. P. P. N. não respondeu às nossas observações. «Quem cala consente», diz o ditado...

A não ser que a nossa notícia não tivesse sido lida, pois o jornal que enviámos veio devolvido com a nota de «destinatário desconhecido»...

Mas o «Núcleo», com ou sem sede provisória, existe. E a comprová-lo está a Acta n.º 4 da reunião realizada em Faro no dia 25 de Fevereiro, que nos foi enviada, e temos presente, acompanhada de outro texto, para divulgação, e que começa assim:

«Quem na sua infância não sonhou com a descoberta de um tesouro maravilhoso, submerso em águas geladas ou enterrado algures no fim do mundo pelo «pirata da perna de pau?»»

Embora pareça que se vai falar da «Nova Aventura dos Cinco» (romance de entusiasmar adolescentes) ou de um filme de fli-busteiros no mar das Caraíbas, a verdade é que o «Núcleo» pre-

tende apenas destacar a «Degradação da Herança Arqueológica» no Algarve...

Eis uma passagem do texto enviado pelo «Núcleo»: «No Algarve encontramos vestígios de quase todos os períodos históricos (neolíticos, tartéssicos, romanos, árabes, etc.). Ficamos pois a saber que «romanos, árabes, etc.» foram «períodos históricos». O «Núcleo» diz e não seremos nós que vamos «degradar»...

O «Núcleo de Faro» da L.P.P.N. apela «a todas as pessoas para que ajudem a preservar» os valores arqueológicos e pede que não deixem de informar «do aparecimento de algum objecto de possível interesse histórico».

Ora bem. Por muito boa vontade que as pessoas tenham, não podem dar informações àquele «Núcleo», pois não sabem onde fica a sua sede (provisória ou definitiva). Além do mais, essas pessoas se acharem um busto de César, uma moeda de Pericles, ou um poema de Ibn-Amar não devem estar nada interessados em irem depositá-las nas mãos de algum coleccionador patricular (e «pirata da perna de pau»)...

Actividades do Serviço Cívico Estudantil na época de Verão

A Comissão Coordenadora do Serviço Cívico Estudantil, solicita a todas as organizações interessadas na colocação de estudantes, em actividades a realizar durante a época de verão, que se enquadrem nas perspectivas deste

BOLSAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

«A Direcção Geral da Educação Permanente informa que durante o ano de 1976 concederá «Bolsas de Investigação de Actividades Locais» e «Bolsas de Organização de Actividades Locais». Estas bolsas com duração de seis meses, não renováveis, são destinadas a pessoas interessadas em animação popular (independentemente das suas habilitações literárias) e que desejem inventariar as actividades de educação e cultura populares da sua região ou criar associações de educação popular em localidades do país onde tais não existam.

Com a concessão destas bolsas pretende-se possibilitar a pessoa já empregada em trabalhos de investigação e organização de associações locais no âmbito da educação popular.

Para todos os esclarecimentos complementares os interessados deverão escrever para a Direcção Geral da Educação Permanente — Campo Grande, 83.2.º, Lisboa-5.º.

Serviço, que deverão apresentar as suas propostas até ao próximo dia 15 de Maio nas Delegações Distritais do Serviço Cívico Estudantil ou nos Serviços Centrais, na Av. Elias Garcia, n.º 137 — Lisboa.

NOTÍCIAS PESSOAIS

FALECIMENTOS

Com a bonita idade de 89 anos, faleceu no Ameixial no dia 23 de Abril a sr.ª D. Lisbela da Luz Garvão, viúva do sr. José Mateus Garvão e mãe do sr. António Mateus Garvão, proprietário e agricultor, casado com a sr.ª D. Maria Dias Garvão, e das sras. D. Azira da Luz Garvão, casada com o nosso prezado assinante e dedicado amigo sr. Manuel Francisco Júnior, e da sr.ª D. Maria José da Luz Guerreiro, casada com o sr. Francisco Costa Guerreiro, comerciante, e avó da sr.ª D. Maria Helena Garvão Pereira, sr. Helder J. Garvão Sinfrônio, sr. José M. Garvão Sinfrônio, sr. José Acácio Guerreiro Garvão, sr.ª D. Maria Alzira da Luz Guerreiro, sr. Carlos Manuel da Luz Mateus, e sr. Fernando José da Luz Mateus, casado com a sr.ª D. Maria Elisa V. Pereira Mateus. Deixou ainda cinco bisnetos.

A saudosa extinta era muito estimada e conhecida pelas suas qualidades de bondade e carácter, grangeando por isso a estima de quantos a conheciam.

O seu funeral foi bastante concorrido.

A família enlutada endereçamos sentidas condolências.

No Hospital de Loulé, faleceu no passado dia 27 de Abril o sr. António Bota Valério, que contava 81 anos de idade e era viúvo da sr.ª D. Maria Filipe Bota.

O saudoso extinto era pai dos srs. Albertino Filipe Bota, casado com a sr.ª D. Maria Lucília Gago Filipe Bota, do sr. Graciano Filipe Bota, casado com a sr.ª D. Maria da Glória das Dores Madeira Bota, e da sr.ª D. Irene Filipe Bota casada com o nosso

prezado assinante e amigo sr. Manuel Cristóvão de Sousa Guerreiro, proprietário em Almancil.

Deixou 4 netos.

— Faleceu em casa de sua residência, no passado dia 22 de Abril o sr. Joaquim Inácio Guerreiro, que contava 65 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Rosalina Guerreiro Filipe.

O saudoso extinto era pai do sr. Inácio Leal Guerreiro, casado com a sr.ª D. Maria Helena Rocheta dos Santos, residentes em Loulé sr.ª D. Maria Leal Guerreiro, casada com o sr. Daniel Filipe Baiao residentes na Venezuela, sr.ª D. Evelina Maria Filipe Guerreiro, casada com o sr. Horácio Correia residentes na Venezuela.

Deixou 5 netos.

As famílias enlutadas endereçamos sentidas condolências.

NASCIMENTO

Na Maternidade de S. João em Nova Iorque, teve o seu bom sucesso, dando à luz uma criança de sexo masculino, a nossa conterrânea sr.ª D. Isabel Maria Pires Teixeira Colaço casada com o sr. António Carlos de Vilhena Colaço.

São avós maternos a sr.ª D. Maria da Conceição Pires Teixeira e o sr. Sebastião de Sousa Teixeira, residentes em Salir e avós paternos a sr.ª D. Maria da Conceição Vilhena Colaço e o sr. António Joaquim da Fonseca Colaço, residentes em Almodovar. Ao recém-nascido foi dado o nome de Miguel André.

Aos felizes pais e avós endereçamos as nossas felicitações e os nossos votos de rissonho futuro para o seu descendente.

SURDOS



CASA
SONOTONE

NÃO OUVES BEM!

Procure-nos a fim de fazer um exame e uma demonstração que é gratuita com os mais belos aparelhos do Mundo. Óculos só de encostar à cabeça sem fios nem pipetas, uma maravilha de audição. LARINGS ELECTRONICAS para os operados à laringe. Vendemos pilhas de todas as voltagens. Prestamos assistência técnica a todos os aparelhos sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa ou marcas. Procurem-nos a fim de os fazermos felizes nas seguintes localidades:

DIA 24 DE MAIO — 2.ª FEIRA

SETÚBAL	— FARMÁCIA NORMAL DO SUL	— DAS 9 AS 12 HORAS
SANTIAGO DO CACÉM	— FARMÁCIA ANDRADE & SUC.	— DAS 14 AS 15 HORAS
CERCAL DO ALENTEJO	— CAFÉ - RESTAURANTE SOLAR DO ALENTEJO	— DAS 16 AS 17 HORAS

DIA 25 DE MAIO — 3.ª FEIRA

LAGOS	— FARMÁCIA SILVA	DAS 9 AS 10 HORAS
PORTIMÃO	— FARMÁCIA CENTRAL	— DAS 11 AS 12 HORAS
LOULÉ	— FARMÁCIA CHAGAS	— DAS 15 AS 17 HORAS

DIA 26 DE MAIO — 4.ª FEIRA

FARO	— FARMÁCIA BATISTA	— DAS 9 AS 12 HORAS
LAGOA	— FARMÁCIA ESTANISLAU	— DAS 15 AS 16 HORAS
SILVES	— FARMÁCIA GUERREIRO	— DAS 17 AS 18 HORAS

DIA 27 DE MAIO — 5.ª FEIRA

S. BARTOLOMEU DE MESSINES	— FARMÁCIA ALGARVE	— DAS 10 AS 12 HORAS
SABOIA	— FARMÁCIA POPULAR	— DAS 15 AS 16 HORAS
COLOS	— FARMÁCIA COLENSE	— DAS 17 AS 18 HORAS

OS PESCADORES DE QUARTEIRA PRECISAM DE SE ORGANIZAR

Tradicionalmente o povo de Quarteira vive da faina da pesca, embora o advento do turismo tenha dado origem, nesta localidade, a um aumento sensível da vida comercial e das actividades que, de algum modo, se relacionam com a indústria turística. No entanto, ainda é ao mar que grande parte da população de Quarteira vai buscar a sua subsistência.

Os pescadores de Quarteira são homens que não temem o mar e o trabalho. D'as há em que são pescadas mais de dez toneladas de peixe, segundo nos informaram, e há espécies cuja abundância é notável. Por exemplo, o polvo pescado diariamente é da ordem dos 400-500 quilos.

Todavia, alguns problemas existem entre os pescadores de Quarteira. Não só os relacionados com o seu trabalho específico (os barcos, as redes, as deficientes condições de trabalho, etc.), mas também no que se refere à actividade dos intermediários, que tanto encarecem os preços do peixe, sem que daí advenham quaisquer benefícios para aqueles que arriscam a vida na faina do mar. Fala-se, de vez em quando, na criação de uma cooperativa mas a ideia ainda não conseguiu frutificar.

Surge agora outro problema, que é o que se relaciona com os pescadores retornados. Estes querem trabalhar e dizem ter consciência de que «não prejudicam os pescadores de Quarteira e nem sequer os viveiros. Limitam-se a cumprir a lei e estão devidamente autorizados», segundo palavras de um deles. No entanto, parece que há pessoas interessadas em pôr obstáculos a estes retornados de África, a impedir que também consigam ganhar a sua vida, o que é ilegal, uma vez que o direito ao trabalho de ser inviolável.

A verdade é que os pescadores de Quarteira são homens sa-

crificados porque a faina do mar é dura. O peixe que pescam geralmente é abundante. Ao fim e ao cabo tudo depende desses mesmos pescadores se saberem organizar, não se deixando ir no «deixar andar». Lutar contra os intermediários, levar para a frente a cooperativa (que beneficiaria os pescadores e os consumidores) e integrar os retornados na vida do trabalho são tarefas importantes que se põem à meditação dos pescadores de Quarteira e que são, ao mesmo tempo, um desafio à sua capacidade de construir. Contra a vontade de alguns, os pescadores de Quarteira devem procurar organizar-se, fazer da unidade um lema de acção. Em frente, corajosos homens do mar. Unidos e organizados, vós podereis vencer!

UM QUARTEIRENSE

PREÇOS DE ASSINATURA DE «A VOZ DE LOULÉ»

CONTINENTE

Semestre	60\$00
Ano	100\$00

ESTRANGEIRO

Semestre	90\$00
Ano	150\$00

ESTRANGEIRO — AVIAO

Semestre	140\$00
Ano	230\$00

Tomada de posse da C.I.S.S. de Loulé

(continuação da pag. 1)
Francisco Bota Inez que começou por referir que: «Surge em Comissões Instaladoras na sequência de diplomas legais que organizam os hospitais concelhios e definem os meios em que aquelas comissões são constituídas, imprimindo-lhes uma summa legitimidade democrática», afirmando considerar a criação destas Comissões como «uma medida incoerente e totalmente positiva pois constitui o primeiro passo para a unificação de 3 sectores de instituições de saúde, que desde sempre andaram dispersas, com resultados profundamente negativos e acrescentando:

«Esperemos pois, que, a partir deste momento, Hospital, Serviço de Luta Antituberculosa e Centro de Saúde, embora fisicamente separados, e a trabalhar em campos diferenciados, possam afinal constituir uma verdadeira unidade de saúde.

Se é lícito depositar fundadas esperanças em algumas atitudes reformistas no sector da saúde, como a que se acaba de apontar, e a criação do chamado Serviço Médico de Periferia, que não só já deu os seus frutos, como até, neste momento, decorridos menos de 12 meses desde o seu início, já se pode considerar indispensável pela franca melhoria conseguida na tão débil cobertura médico-sanitária da nossa periferia, também me parece lícito pressentir que a inquietação reinante desde há longos anos na população deste País por não ver cabalmente satisfeito o seu direito à saúde, começa também a verificar-se a inquietação em largo sector dos trabalhadores da saúde, pelo menos naquelas porventura mais preocupados.

O sr. dr. Francisco Inês acentuou ainda que, já antes do 25 de Abril, se vivia, no campo da saúde em situação de grave rotura, que era devido à circunstância de nunca ter havido neste país uma política autêntica de saúde, do que resulta Portugal apresentar os piores níveis de saúde da Europa, colocando-nos ao nível dos países subdesenvolvidos.

Confirmando esta situação, o dr. Francisco Inês revelou os seguintes e confrangedores números:

«É bom que se saiba que ainda hoje apenas 40% da população portuguesa dispõe de distribuição domiciliária de água potável, que 83% ainda não possui sistema de esgotos, que 61% não dispõe de nenhum sistema de recolha de lixo, e mesmo dos restantes 39% só 25% beneficia de tratamento adequado desses lixos recolhidos. É confrangedor verificar que as condições que a população portuguesa possui no campo da habitação são quase inacreditáveis. Apenas 20% dispõe de cozinha e instalações sanitárias, enquanto que outros 20% vivem em condições deficientes, e 60% em condições inaceitáveis. Estes números, só por si elucidativos, dispensariam comentários se na sua frieza algebrica se não encerrasse todo um sofrimento de uma grande parte da população do nosso país.

Ao lermos estes números não podemos deixar de nos sentirmos profundamente chocados e revoltados com a «pesada herança» que o Fascismo nos deixou e pensamos: afinal para que serviu Salazar deixar tanto dinheiro acumulado, tantas divisas guardadas, tanto ouro nos cofres fortes? Para quê, tamanha avareza se havia tantos problemas neste país que só o dinheiro podia resolver?

Porque se deixou o povo viver tão pobremente, com um Estado tão rico?

O esbanjamento destes últimos 2 anos é exactamente igual aos exemplos daqueles avarentos que passam fome e vivem em autênticos tugúrios só... para juntar mais e mais dinheiro, numa ganância desenfreada... para depois esse dinheiro ser es-

banjado prodigamente pelos sobrinhos.

E se discordamos frontalmente dos que cheiram o dinheiro e não fazem nada, também agora temos que discordar corajosamente dos que guerreiam o dinheiro... para que todo um Povo se afunde na miséria e na fome e seja condenado a uma vida parasitária a níveis degradantes para a espécie humana.

...Porque, digam o que disserem, façam o que fizerem, só o dinheiro pode evitar que um povo viva miseravelmente: estaremos a abrir as portas à miséria a partir do momento em que se desencadeia a guerra ao dinheiro.

...Até mesmo aqueles que dizem odiá-lo... anseiam cada vez mais a sua posse.

Por isso consideramos urgentíssimo que o País tenha dinheiro suficiente para que se construa mais Hospitais, mais escolas, mais estradas e mais e melhores habitações... com água, luz e esgotos, para que todos vivam melhor e mais felizes e... não só uma minoria de privilegiados.

Se isso tivesse sido feito há mais anos, nem teria chegado a ser necessário combater agora certas ideologias que só prometem aquilo que não podem dar.

Voltando aos problemas focados pelo dr. Inez convém salientar as suas observações acerca da actuação da Comissão Instaladora, que deverá incidir com maior determinação sobre o Hospital, visto ser entre os 3 sectores agora abrangidos o mais solicitado pela população local, especialmente nos casos de urgência, salientando que os seus quadros, no tocante a enfermagem, são manifestamente insuficientes, a ponto de salientar que «é perfeitamente ridículo que um Hospital que dispõe neste momento da colaboração de 18 médicos seja servido por 4 profissionais de enfermagem».

No entanto, regozijamo-nos por sabermos que continua a ser mantido o serviço de urgência (criado há alguns meses) com permanência médica de 24 horas, medida que consideramos altamente positiva e de grande repercussão no espírito duma população que, por vezes, passava momentos de aflição por não encontrar um médico a quem recorrer nas horas difíceis.

O Dr. Inês salientou que «para além das valências de Saúde materna, Infantil, de Saúde Escolar e de Cuidados de Base, a funcionar em ritmo progressivamente crescente, estamos em vias de iniciar consultas de Planeamento Familiar e Despiste e Controlo de Diabetes, o que significa uma verdadeira promoção da Saúde Pública que só agora começa então a encaminhar-se para o lugar que verdadeiramente lhe compete no contexto da saúde de qualquer país moderno e evoluído.

O orador terminou falando em nome de quantos trabalham no hospital de Loulé, para exprimir as suas homenagens «a quantos, em sucessivas gerações, passaram pela Administração daquele Hospital, ali trabalhando com espírito de generosidade e dedicação e, quantas vezes, com sacrifício das suas comodidades. Na pessoa do Dr. Joaquim Carvalho, último Provedor deste Hospital, permitame que em nome daqueles a quem hoje entrego o «testemunho» e de todos os trabalhadores desta Casa, lhe enderece o nosso muito obrigado».

Para o Dr. César Guimarães, Director de Saúde do Algarve, foram dirigidas as últimas palavras de confiança e de esperança num apoio que certamente dará ao bom funcionamento dos novos serviços de saúde agora criados em Loulé.

Seguidamente usou da palavra o Dr. César Guimarães que dirigiu as suas saudações a todos os elementos da Misericórdia, prestando a sua homenagem a todas as pessoas que, revelan-

do elevado grau de dedicação e humanidade, mantiveram o hospital de Loulé ao longo de tantos anos com aquele carácter de Misericórdia que os tempos actuais já não justificam.

Reio que ouvimos foi fácil adivinhar que o acto a que assistiamos era o ponto final numa assistência que era prestada por «misericórdia» para com os doentes.

Isso agora acabou. O Estado nacionalizou (se é que é esta a palavra mais adequada) o Hospital de Loulé e a partir de agora assumiu a responsabilidade de prestar à população local a assistência que lhe é devida.

Isto é ponto assente e com o qual concordamos inteiramente.

A saúde pública é um bem inestimável que não podia continuar a mercê da caridade de uns quantos médicos, nem da filantropia dos corações mais bondosos.

O direito ao tratamento médico-sanitário não pode continuar a ser condicionado aos bens materiais de cada cidadão, porque a saúde de cada um de nós deve merecer iguais cuidados dum Estado que tem obrigação de zelar pelo bem estar de todos.

E, como muito bem disse, o Dr. César Guimarães, o Estado terá que encontrar meios financeiros e humanos para encarar de frente o problema da saúde pública.

«Não é admissível que o Hospital de Loulé tenha 74 camas e disponha de apenas 4 enfermeiros, sabendo-se que há doentes que precisam de ser assistidos quase permanentemente» — frisou o Dr. César Guimarães que acrescentou: «A Comissão agora empossada terá que agir urgentemente para preencher o quadro. É preciso satisfazer as necessidades de um dos maiores concelhos do País».

Sabemos que, até ao presente, o quadro do hospital era deficiente por carência de profissionais e de escassez de meios financeiros para fazer face a novos encargos com pessoal, mas a partir de agora, esses problemas terão que ser resolvidos pelo Governo. E o Dr. César Guimarães disse das possibilidades de dotar o nosso Hospital com meios humanos à altura de resolver os problemas porque «o Hospital de Loulé não pode continuar a trabalhar como está, porque 100% da população tem direito

às mesmas regalias e à mesma assistência».

«É preciso verificar os erros cometidos e corrigi-los», acrescentou o Director de Saúde, que acentuou o facto de os médicos passarem a ser remunerados pelas suas horas de trabalho no hospital, podendo optar por trabalhar 1 ou mais horas. Se desejarem trabalhar em tempo completo (o horas) passará a funcionar público.

O Dr. César Guimarães frisou não naver nada contra as Misericórdias. Acontece simplesmente que esta ultrapassada a época do amadorismo.

As Misericórdias podem continuar a trabalhar noutros sectores e aí têm um vasto campo de acção.

Não citou nomes, mas o orador disse saber de Misericórdias que faziam o que queriam, a ponto de um médico fazer dum Hospital a sua casa de saúde privativa, proibindo os seus colegas de lá entrarem e citou outro caso de uma Provedoria se dar ao «luxo» de proibir a entrada de qualquer médico.

Impõe-se, por isso, que sejam profissionais especializados a dirigir os hospitais.

O Dr. César Guimarães disse ainda que quase todos os hospitais do Algarve já estão integrados neste novo esquema e que se espera para breve uma integração nos hospitais do esquema da Previdência, muito embora um déficit de 17 milhões de contos previstos para o corrente ano seja uma perspectiva pouco animadora.

Este facto suscitou uma breve troca de palavras entre alguns presentes, sendo unânime a opinião de que não há dinheiro, de que o país não tem dinheiro. De que vai haver dificuldades para pagar ao pessoal, para pagar aos fornecedores, etc., etc.

Mas o Dr. César Guimarães mostrou-se optimista: de que o dinheiro há-de aparecer, de que vai haver dinheiro para o essencial.

Oxalá assim seja.

No final da reunião falou o último Provedor da Misericórdia de Loulé sr. Dr. Joaquim Carvalho que apresentou os seus agradecimentos ao Corpo Clínico e ao pessoal de enfermagem pela colaboração prestada durante o exercício das suas funções, desejando à Comissão Instaladora pleno êxito na sua espinhosa missão.

A Voz de Loulé, n.º 585-19/5/76

DIA DA ESPIGA EM SALIR

(Continuação da pag. 1)
desportivo, que por certo entusiasmará a juventude ávida de novas emoções.

Do programa tem muito interesse a Exposição de Artesanato Regional, os cantos populares, com representação dos Montes de Freguesia e a Exposição de maquinaria agrícola.

Quem for a Salir no Dia da Espiga (27 de Maio) também ouvirá a «Banda tocar» e assistirá à exibição de danças folclóricas e festejos nocturnos.

Evidentemente que não podia faltar o tradicional balneario ainda tão do agrado duma juventude que não deve prescindir de divertir-se.

Para o animar lá estará o famoso conjunto «Musicalissimo».

ARRENDAR-SE EM SILVES

No melhor local da Cidade de Silves, amplo armazém, com frente toda em montras.

De construção recente, com área coberta de 140 m², ótimo para qualquer ramo de negócios.

Trata: Competidora Comercial Louletana, Lda. — Rua Dr. Frutuoso da Silva, 45 — Telefone 62095 — LOULÉ.

PROPRIEDADES VENDEM-SE

Uma no sítio de Arroche-la (junto ao Morgadinho Vilasol) com cerca de 1 hectare.

Outra nos Selões (próximo da bomba da Shell) com cerca de 3 000 m².

Informa Telefone 62336 — LOULÉ.

CILFARO — Empresa de Construção Civil, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º CARTÓRIO

Notário: Licenciado Nuno António da Rosa Pereira da Silva

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 10 do corrente, lavrada de fls. 50 a 53, do livro n.º A-88, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, os únicos sócios da sociedade «Cilfaro — Empresa de Construção Civil, Lda.», com sede na povoação e freguesia de Almancil, concelho de Loulé, José Manuel Malaia Santos e Manuel Couvreur de Oliveira, cederam as suas quotas no valor nominal de 20 000\$00, cada uma, à sociedade «Rematrel — Representações de Materiais de Construção, Lda.», e Luciano Martins, dividiu a sua quota, no mesmo valor nominal, em duas, de 15 000 e 5 000\$00 que cedeu, res-

pectivamente, à referida sociedade «Rematrel — Representações de Materiais de Construção, Lda.», e a Rogério Sousa Pinto, pelo que saíram da sociedade e renunciaram à gerência;

Que, pela mesma escritura, foram unificadas as quotas adquiridas pela «Rematrel — Representações de Materiais de Construção, Lda.», numa quota do valor nominal de 55 000\$00, e alterados os art.ºs 3.º e 6.º, do pacto social que passaram a ter a seguinte redacção:

Art.º 3.º — O capital social integralmente realizado em dinheiro e nos outros valores constantes da respectiva escrituração, é de 60 000\$00, e está dividido em duas quotas:

Uma de 55 000\$00, pertencente à sócia «Rematrel — Representações de Materiais de Construção, Lda.»;

Outra de 5 000\$00, pertencente ao sócio Rogério Sousa Pinto.

Art.º 6.º — 1. A gerência da sociedade, dispensada de

caução, será exercida por todos os sócios, desde, já nomeados gerentes;

2. Para obrigar validamente a sociedade é necessária e suficiente a assinatura do sócio gerente Rogério Sousa Pinto, podendo, no entanto, os actos de mero expediente, ser assinados por qualquer deles.

3. Qualquer dos gerentes poderá delegar todos os seus poderes de gerência ou parte, por meio de procuração, em quem entender.

4. É expressamente proibido aos gerentes ou seus procuradores obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e outros semelhantes;

Que, pela mesma escritura foi ainda suprimido o art.º 7.º do aludido pacto social.

Está conforme.
Secretaria Notarial de Loulé, 12 de Maio de 1976.

O 2.º Ajudante,
Fernando Fontes Santana

Reestruturações de serviços no Hospital de Loulé

(continuação da pág. 1)

tes que carecem de assistência hospitalar.

Além do desajogo, eficiência e melhor reestruturação dos serviços de banco, a mudança agora operada tem ainda a grande vantagem de isolar os doentes sujeitos a tratamentos dolorosos (provocados por quedas, cortes, desastres, etc.) dos outros doentes que, no mesmo corredor, aguardavam a sua vez de consulta por doença, o que provocava um certo choque psicológico que há toda a vantagem em evitar.

É oportuno lembrar que foi possível realizar as importantes obras, agora concluídas no Hospital de Loulé porque a Santa Casa tinha dinheiro depositado na Caixa Geral de Depósitos

proveniente das festas do Carnaval de Loulé.

Aliás esta tem sido uma importantíssima fonte de receita que tem permitido manter o nosso Hospital como um dos de melhores instalações da Província. Ao longo dos anos já foram gastos no Hospital de Loulé milhares de contos provenientes das receitas do nosso Carnaval, mas a partir de agora resta saber se o Estado terá capacidade para substituir essas receitas e suportar os novos e pesados encargos com o pessoal que se impõe venha a prestar serviço no Hospital de Loulé.

É este o grande enigma no momento em que o Estado nacionaliza o Hospital de Loulé e assume a responsabilidade pela sua gestão.

Nós estamos de acordo em que

isto tivesse sido feito (embora continuemos a discordar das anárquicas nacionalizações das empresas que logo ficaram falidas) porque a saúde pública já não pode continuar sujeita à caridadezinha das pessoas generosas e nem os tratamentos hospitalares podem já ser feitos por misericórdia.

Isto tinha, forçosa e urgentemente, que mudar, mas é preciso ter cuidado, porque no acto de posse da nova Comissão Instaladora foram citados vários exemplos de carências financeiras (e actuais) de hospitais, entre os quais citamos o de Faro que deve cerca de 10 000 contos a fornecedores e o de Santa Maria perto de 180 000 contos.

Se é verdade como foi dito, que dinheiro para salários sempre se há-de arranjar, também não é menos certo que o pessoal não poderá trabalhar se o Hospital não tiver dinheiro para comprar remédios, nem crédito para comprar alimentos.

Tudo isto significa que a nova Comissão acaba de assumir uma pesada responsabilidade e que as entidades responsáveis estejam atentas, para que não se procure resolver problemas... agravando-os.

Teria chegado finalmente a Hora do Algarve?

(continuação da pág. 1)

cultura, pois o povoamento das nossas ribeiras e barragens poderia dar um forte contributo ao desenvolvimento da pesca de portina como actividade ao serviço do turismo, contribuindo até para mais racional alimentação das populações rurais.

E assim, dada o crescente aumento do consumo de água, quer urbano, quer rural, sem contrapartida no aumento das fontes naturais, resolveu o Gabinete do Planeamento da Região do Algarve apoiar o Centro Regional da Reforma Agrária no estabelecimento de uma nova política de economia dos recursos naturais.

Desta forma, tomando como ponto de partida duas barragens de apoio à pecuária, construídas pelo Fundo de Fomento Florestal, resolveu o GaPA participar na construção de outras barragens de apoio à agricultura, pecuária e também à piscicultura, que aquele Centro Regional tem em execução.

Dos 40 pedidos formulados, foi

dada prioridade aquelas que se destinam a beneficiar, especialmente, zonas em que as populações se encontram organizadas em unidades colectivas ou Cooperativas Agrícolas.

Estão, neste momento, a ser construídas duas barragens: uma em Cortelha — Barranco do Velho — ficará com cerca de oito metros de fundo e com uma capacidade de 25 mil metros cúbicos de água; outra, no lugar da Barrada, em Martim Longo, terá nove metros de fundo e comportará cerca de 35 mil metros cúbicos de água.

Estas pequenas barragens estão a ser construídas com o apoio das populações locais, quer em trabalho, quer no alojamento e alimentação dos trabalhadores.

Estão a ser elaborados os projectos de mais seis barragens que, no conjunto, terão capacidade para armazenamento de cerca de 500 mil metros cúbicos de água que, actualmente, vai para o mar sem quaisquer hipóteses de aproveitamento.

IMPOSTO COMPLEMENTAR

(PARA PESSOAS SINGULARES)
RENDIMENTOS DE 1974

Decorre durante o mês de Maio o prazo para apresentação, pelos chefes dos agregados familiares, na Repartição das Finanças da área da sua residência, da declaração modelo 1, acompanhada dos anexos e mais documentos.

PRETENDE PLANTAR OLIVEIRAS?

Tenho p/ venda, de sequeiro e enxertadas prontas a dar fruto.

Informa esta redacção ou Telef. 62832 — LOULÉ.

VENDE-SE

Máquina e moinho para café em estado novo. Preço acessível. Nesta redacção se informa.

CAFÉ ARIEIRO TRESPASSA-SE

Tratar com o proprietário: António Domingos Cavaco.

Rua da Carreira — Telefone 62299 — LOULÉ.

JOSÉ NEVES LOURENÇO

MEDIADOR DE SEGUROS

Rua Ataíde de Oliveira, 29-1.º
Telef. 62757 — LOULÉ

A propósito de Direitos do Homem...

O GONÇALVISMO JÁ ACABOU?

(continuação da pág. 1)

exercício da autoridade à garantia da liberdade dos cidadãos».

O que aconteceu, neste atribulado país, aos mais elementares princípios da dignidade e do valor da pessoa humana, sabem-no todos os portugueses. A essa passagem lamacenta da acidentada História nacional convencionou-se chamar o Gonçalvismo.

Das arbitrariedades e atropelos cometidos em nome das mais fantasiosas e obscuras justificações, falam hoje alguns relatos chegados das amargas mas seguras passagens do exílio, relatos que, ao tempo, eram temerosamente ciciados ao ouvido de amigos fixos, porque todos os cuidados eram poucos.

O 25 de Novembro pôs termo, de facto, a uma situação que, de direito, se dissipara mas que a inquietante e generalizada anarquia teimava em fazer manter.

O mesmo emocionado povo, já tão dolorosamente traumatizado mas sempre teimosamente confiante, suspirou aliviado. Acabara-se o Gonçalvismo!

O fluir imediato dos acontecimentos pareceu dar inteira razão àquela aliviada confiança. Na verdade, as prisões foram despejadas, os órgãos de informação reduziram para padrões aceitáveis a sua obstinada barreira ideológica; os novos detentores do poder multiplicavam os seus propósitos de não dar guarida a extremismos. O ambiente anárquico serenou. As forças da ordem passaram a dispor de crescente autoridade e a exercê-la.

Todavia... Há que reconhecer, insofismavelmente, que muitos vícios persistiram e até, mais recentemente, alguns indícios justificam que se ponha esta inquietante interrogação — O Gonçalvismo já acabou?

É que, passados os primeiros dias de hesitação, os órgãos de comunicação falada retomaram o fôlego e aproximaram-se perigosamente dos padrões de agressividade que caracterizaram o Gonçalvismo.

O silenciamento por via administrativa de vozes discordantes volta a ser prática corrente.

A presença de estrangeiros tidos por indesejáveis mantem-se ou, pelo menos não há notícia de que tenham saído e, por outro lado, acumulam-se notícias (pouco consistentes é certo, mas nunca desmentidas) de novas remessas de misteriosos «turistas».

As cenas, referidas em diversos jornais, ocorridas no Aeroporto de Lisboa, com enigmáticos passageiros da Aeroflot nunca tiveram uma explicação por parte de quem tinha a obrigação de a dar.

A sofisticada aparelhagem electrónica detectada nos caixotes endereçados à embaixada da República Democrática Alemã — se o leitor julga que é a Alemanha Ocidental, enganou-se. Democrática é a outra — serviriam para quê? Para escutas? E para escutar quem?

As ignóbeis disposições legislativas referentes às incapacidades eleitorais, geradas no fértil ventre da vertigem gonçalvista, foram confirmadas e, para cúmulo, encontraram acolhimento no próprio texto fundamental do país. Este assunto tem sido muito pouco ventilado mas, os portugueses, precisam de saber que aquelas medidas correspondem a verdadeiras condenações, decretadas sem culpa formada, sem processo, sem julgamento e sem audiência prévia. Verifica-se assim que, depois da invasão do foro judicial por parte do poder executivo gonçalvista, acabamos de ver esse mesmo foro violado pelo poder legislativo!

De resto, quase se compreende (mas não se aceita) que o poder judicial se veja atropelado,

tão hesitante tem sido a sua intervenção na vida pública. Lembremo-nos do intrigante sono que dorme o processo respeitante à morte do General Humberto Delgado. Da persistente esquivia ao julgamento de possíveis implicados nas alegadas intencionalidades, do arrastamento dos processos por desrespeito às leis da imprensa. Da incomparável impunidade de tantos e tantos desmandos e atrocidades, desde a fria execução de lavradores, mesmo latifundiários, até ao frio banho do malogrado Alexandre de Sousa no Cais das Colunas.

A controversa Reforma Agrária, que teve o singular condão de não agradar a gregos nem troianos e a exemplar capacidade de desencadear ódios onde sempre existira harmonia, foi uma surpreendente iniciativa de um Governo Provisório deliberadamente empenhado em espezinhar os interesses nacionais. Pois, quando compreensivelmente se esperava que tão melindrosa tarefa fosse remetida para o órgão que efectivamente tem competência para legislar em matéria de fundo, eis que, a escassas 2 semanas das eleições para a Assembleia, o mais antigo dos jornais estatizados, que dava pelo nome de Diário do Governo, legítima o assalto à propriedade privada no Algarve, numa ostensiva afronta aos repetidos apelos dos agricultores de todo o país. Assim ficou consagrada, por decreto governamental, a decadência e lamentável divisão do Algarve em dois: o conhecido e o desconhecido. Por sua vez, os algarvios ficam divididos em duas categorias: os que têm direito à terra e os que não têm; os filhos e os enteados.

Perante estas ameaças à pureza e genuidade dos propósitos enunciados no esquecido programa do M.F.A., há razões para duvidar que, efectivamente, o pesadelo tenha acabado. E para governar bem é preciso não deixar margem para dúvidas. Mal se compreende, por isso, que as mais graves acusações dirigidas a altas personalidades em vez de qualquer desmentido, mais não colham como resposta que os formais procedimentos judiciais. Como os desmentidos não aparecem, naturalmente surge a dúvida. Será que a verdade já deixou de ser revolucionária?

E o Gonçalvismo já acabou?
B. M.

ANDAR

Aluga-se, para escritório, consultório, Salão de Cabeleireira ou qualquer ramo comercial, um 1.º andar com 6 divisões, situado na mais central artéria da vila de Loulé.

Nesta redacção se informa.

CORTICITE

— em folhas p/ juntas —
CASA CHAVES CAMINHA
Av. Rio de Janeiro, 19-B
LISBOA — Tel. 725163

Móveis em todos os estilos a preços acessíveis — só na

CASA SIMÃO

(A MOBILADORA)

António Simão Viegas, Ltd.º

Telef. 62110

LOULÉ

IMPRESSOS

ECONÓMICOS
RÁPIDOS
PERFEITOS

Executam-se na

Gráfica Louletana

Telefone 62536

LOULÉ

CONSTRUÇÕES VILAMOURA, S. A. R. L.

VILAMOURA - LOULÉ

RELATÓRIO E CONTAS — EXERCÍCIO DE 1975

Relatório do Conselho de Administração

1 — Durante o exercício de 1975 verificaram-se algumas alterações de fundo nos critérios de Administração e Direcção da empresa resultantes da substituição de alguns dos principais responsáveis. Passamos a descrever os principais factos ocorridos:

1. 1. — ADMINISTRAÇÃO

Devido aos pedidos de demissão apresentados pelos srs. Eng.º Silvério Martins da Silva e João José Ruivo Dragão foram, em 22/12/75, nos termos dos Estatutos, chamados a preencher as vagas em aberto a Lusotur — Sociedade Financeira de Turismo, SARL e o sr. eng.º Rui Manuel Pimentel Júdice Gamito, o qual fora, em 26/9/75, contratado para o desempenho das funções de Director Geral de Construções Vilamoura, SARL. A Lusotur designou o Dr. Artur da Silva Martins para a representar e o Eng.º Rui Gamito, passou a desempenhar o cargo de Administrador em acumulação com o de Director Geral.

1. 2. — COMISSÃO DE TRABALHADORES

Em 17 de Abril de 1975 foi comunicado à Administração da empresa a criação da Comissão de Trabalhadores que, além da actividade específica para que foi criada, manteve permanente diálogo com a Administração estando, inclusivamente, presente nas reuniões do Conselho de Administração realizadas ao longo do exercício.

1. 3. — DIRECÇÃO

Em 14 de Outubro de 1975 foi criado o Conselho de Direcção da empresa, composto pelo Director Geral, Responsáveis pelos Serviços (em número de seis) e Encarregado Geral. Este Conselho reúne uma vez por semana com a presença de representantes da Comissão de Trabalhadores, que designa três dos seus componentes para o efeito.

A criação deste Conselho de Direcção teve em vista um melhor enquadramento das actividades da empresa permitindo, através das reuniões de curta periodicidade, garantir a execução das tarefas programadas.

2 — No campo comercial procedeu-se a alteração na sua estratégia procurando diversificar a gama de clientes de Construções Vilamoura a qual se resumia quase exclusivamente à Lusotur com todos os inconvenientes que uma grande dependência sempre origina.

O receio de que a Lusotur não pudesse garantir o lançamento de novas obras com a consequente incerteza de emprego para o pessoal de Construções Vilamoura foi a causa das medidas tomadas, a saber:

- celebração de um contrato com a empresa pública Correios, Telégrafos e Telefones para construção de um edifício destinado à Central Telefónica de Quarteira;
- participação, sem êxito, em vários concursos públicos para execução de obras promovidas pela Comissão Regional de Turismo do Algarve;
- prospecção de obras a executar no Algarve, fora de Vilamoura, nomeadamente no campo da construção de jardins;
- manutenção de permanente diálogo com a Lusotur procurando assegurar o lançamento de novas obras, em Vilamoura, durante o exercício de 1976.

3 — As obras mais importantes que se realizaram ou continuaram no ano de 1975 foram:

- conjunto de Vilamar (edifício A3, A4, A5 e A6);
- conjunto de Varandamar;
- Estação Elevatória de Esgotos Principal;
- Edifício da Central Automática dos C. T. T. em Quarteira;
- Parque de Estacionamento do Lago Azul (iniciou-se).

Além destas obras, foram realizadas inúmeras outras de menor importância.

4 — A realização dos trabalhos descritos em 3. foi objecto, ao longo do exercício, de diversas vicissitudes resultantes de uma imperfeita definição das funções cometidas aos quadros técnicos da empresa e da inexistência de um planeamento de obras que permitisse uma maior eficácia na sua execução.

Procurou-se, no último trimestre do exercício, colmatar estas duas grandes deficiências estabelecendo um pormenorizado organograma e lançando as bases de um sistema de planeamento de obras susceptível de, a breve prazo, corresponder às exigências de uma adequada gestão da empresa que permita o cumprimento de prazos e o estabelecimento de preços concorrenciais na execução dos trabalhos.

5 — O volume de trabalhos executados ao longo do exercício foi de 73 869 contos, com a seguinte distribuição:

Obras	Mão de Obra	Materiais	Sub-empreitadas	Outros	Total
C. Civil Industr. (Vilamar)	15 290	4 257	20 556	11 392	51 495
C. Civil Tradicion.	6 214	1 736	2 279	186	10 415
Infraestruturas	3 861	844	279	899	5 883
Diversos	4 587	794	213	482	6 076
	29 952	7 631	23 327	12 959	73 869

6 — O resultado do exercício, depois de constituídas as provisões e amortizações nos termos do preceituado legalmente, é de Esc. 594 418\$70, valor que propomos seja aplicado do seguinte modo:

- reforço da reserva legal Esc. ... 38 255\$10
- encontro com o prejuízo dos exercícios anteriores Esc. ... 556 163\$60

7 — Ao longo do exercício continuámos a beneficiar da colaboração eficaz do Sr. Dr. Vasco Alberto Laranjeira Soares da Veiga, fiscal único da empresa, a quem agradecemos o apoio dispensado.

8 — Queremos, por último testemunhar o nosso muito apreço pelo trabalho desenvolvido, ao longo de mais um exercício, pelos empregados e colaboradores de Construções Vilamoura.

Vilamoura, 1 de Março de 1976.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL.,
representada por Dr. Artur da Silva Martins
Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
Eng.º Rui Manuel Pimentel Júdice Gamito

Balanco em 31 de Dezembro de 1975

DISPONIVEL		ACTIVO	
Caixa	461 138\$70		
Depósitos à Ordem	623 877\$90		1 085 016\$60
REALIZAVEL			
Clientes	6 109 839\$30		
Fornecedores	31 418\$60		
Devedores e Credores Diversos	42 935\$60		
Obras e Serviços em Curso	127 422 101\$40		
Matérias Primas	9 742 568\$60		143 348 863\$50
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Instalações	1 702 064\$40		
Maquinaria e Utensilagem	10 571 377\$50		
Equipamento de Transporte	1 318 545\$10		
Móveis e Utensílios	1 456 722\$90		
	15 048 709\$90		
Amortizações (—)	8 399 688\$70		6 649 021\$20
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES			
Participações de Capital			50 000\$00
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Prejuízo de Exercícios Anteriores			556 163\$60
			151 689 064\$90
CONTAS DE ORDEM			
Títulos em Caução	150 000\$00		
Letras Descontadas	2 008 391\$20		
Títulos Caucionados	50 000\$00		
Devedores por Cauções	861 361\$40		3 069 752\$60
P ASSIVO			
EXIGIVEL A CURTO PRAZO			
Fornecedores	11 137 124\$10		
Letras a Pagar	9 392 000\$00		
Devedores e Credores Diversos	2 255 043\$60		
Aceites Bancários a Pagar	900 000\$00		23 684 167\$70
TRANSITÓRIO			
Facturação por Conta			124 169 182\$70
REGULARIZAÇÃO DO ACTIVO			
Provisões			1 217 803\$80
SITUAÇÃO LÍQUIDA			
Capital	2 000 000\$00		
Reserva Legal	23 492\$00		
Lucro do Exercício	594 418\$70		2 617 910\$70
			151 689 064\$90
CONTAS DE ORDEM			
Credores por Títulos em Caução	150 000\$00		
Credores por Letras Descontadas	2 008 391\$20		
Títulos em Caução	50 000\$00		
Cauções	861 361\$40		3 069 752\$60

O TÉCNICO DE CONTAS
Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL.,
representada por Dr. Artur da Silva Martins
Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
Eng.º Rui Manuel Pimentel Júdice Gamito

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEBITO	
CUSTOS	
De Vendas	120 615\$80
De Explorações	1 228 931\$10
De Obras Encerradas	22 582 440\$20
	23 931 987\$10
GASTOS COM PESSOAL	
Remunerações	28 347 912\$20
Encargos c/ Remunerações	5 534 524\$40
Encargos c/ Segurança Social	1 584 536\$40
	35 466 973\$00
IMPOSTOS	
	73 975\$00
GASTOS GERAIS DE GESTÃO	
	1 822 784\$10
TRABALHOS EXECUTADOS POR TERCEIROS	
	23 569 065\$00
ENCARGOS FINANCEIROS	
	6 499 079\$40
GANHOS E PERDAS EXCEPCIONAIS	
Menos Vendas do Activo	740\$00
Perdas Acidentais	279 961\$90
	280 701\$90
AMORTIZAÇÕES	
De Instalações	170 206\$40
De Maquinaria e Utensilagem	1 878 420\$30
De Móveis e Utensílios	186 708\$00
De Equipamento de Transporte	238 202\$40
	2 473 537\$10
LUCRO DO EXERCÍCIO	
	594 418\$70
	94 712 521\$30

(continua na página seguinte)

«A Voz de Loulé», n.º 585-19/5/76

Ribeiro & Cabrita, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

2.º CARTÓRIO

Notário: Licenciada Maria Odília Simão Cavaco
e Duarte Chagas

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de ontem, lavrada de fls. 69 a 71, do livro n.º B-45, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre Maria Margarida Monteiro de Sousa Ribeiro e Manuel da Encarnação Cabrita, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos constantes dos artigos seguintes:

PRIMEIRO: — A sociedade adopta a firma «Ribeiro & Cabrita, Limitada», e tem a sua sede no Sítio do Poço de Boliqueime, freguesia de Boliqueime, concelho de Loulé, e durará por tempo indeterminado, a partir de hoje.

SEGUNDO: — A Sociedade tem por objecto a exploração de oficina de carpintaria de obra branca, ou qualquer outra actividade determinada pelos sócios e que não seja proibida por lei.

TERCEIRO: — O capital social, integralmente realizado em dinheiro já entrado na caixa social é de quatrocentos e cinquenta mil escudos, e foi subscrito pelos só-

cios, com uma quota do valor nominal de trezentos mil escudos, para a primeira e de cento e cinquenta mil escudos, para o segundo.

QUARTO: — 1 — A cessação de quotas, total ou parcial é livremente permitida entre os sócios.

2 — A favor de estranhos é necessária autorização da Sociedade, que terá direito de preferência em primeiro lugar e os seus sócios em segundo.

QUINTO: — 1 — A gerência da Sociedade dispensada de caução e a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida por todos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes com a remuneração que lhe for fixada em Assembleia Geral.

2 — São nomeados gerentes ambos os sócios.

3 — Para obrigar validamente a Sociedade é necessário a assinatura de ambos os sócios, podendo no entanto, os actos de mero expediente ser assinados só por um deles.

4 — Qualquer dos gerentes poderá delegar todos ou parte dos seus poderes de gerência, por meio de procuração em quem entender.

5 — É expressamente proibido aos gerentes ou seus procuradores obrigar a Sociedade em actos e contratos estranhos aos negó-

cios sociais, tais como abonações, fianças, letras de favor e outros semelhantes.

SEXTO: — As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios, com, pelo menos oito dias de antecedência, desde que a lei não exija outras formalidades.

Está conforme.

Secretaria Notarial de Loulé, 29 de Abril de 1976.

O 2.º Ajudante,

Fernanda Fontes Santana

MISSA

MARIA DAS DORES
CRISTÓVÃO PINTO
LOPES

Sua família participa a todas as pessoas amigas e de suas relações que, sufragando a alma da saudosa extinta será rezada missa na Igreja de S. João de Brito em Lisboa, no próximo dia 13 de Junho, pelas 19 horas, agradecendo antecipadamente a todas as pessoas que se dignem comparecer a este piedoso acto.

VENDE-SE

Motor e caixa velocidades Indenor «Diesel» próprio para Peugeot, em estado novo.

Mostra e trata: Auto Mecânica do Bairro — LOULÉ.

«A Voz de Loulé», n.º 585-19/5/76

ANÚNCIO

TRIBUNAL JUDICIAL

DE LOULÉ

(1.ª publicação)

São citados os credores desconhecidos que gozem de garantia real sobre os bens penhorados ao executado para reclamarem o pagamento dos respectivos créditos, pelo produto de tais bens, no prazo de dez dias, depois de decorrida a dilação de vinte dias, que se começará a contar da 2.ª publicação deste anúncio.

Execução de sentença n.º 49-B/75 — 2.ª secção.

Exequente — Cacilda da Silva Guerreiro.

Executado — Vítor Manuel Andrade e Silva, casado, residente na Rua António Luís Inácio, n.º 44, 2.º, Esq.º, Lisboa, que foi proprietário da boite «Ulla», em Quarteira.

Loulé, 6 de Maio de 1976.

O Juiz Substituto,

Miguel Teixeira Ribeiro

O Escrivão de Direito,

João Maria Martins da Silva

Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve

Decorrem na Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve exames para promoção dos profissionais de Hotelaria do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Hoteleira e Similares do Distrito de Faro. São mais de 1.000 os examinados.

Estes exames que, segundo disposição do referido Sindicato, serão os últimos do género, abrangem praticamente todas as Secções de um hotel, desde Portaria a Gerentes, passando por Recepção, Andares, Bar Cozinha, Económico, Lavandaria, Controlo, Pastelaria e Copa, até Cafeteria, Balcão e Mesa.

Os exames iniciaram-se em Portimão (na Secção da E. H. T. A.) e terminarão em Faro.

Verifica-se deste modo, uma colaboração entre o Sindicato da Indústria Hoteleira e a Escola de resu'tará um benefício para os profissionais da Indústria, valorizando a formação profissional hoteleira da província, em que ambos os organismos estão empenhados a bem do Turismo Nacional.

Um caixeiro viajante, tendo ficado retido nas Ilhas Shetland por uma terrível tempestade, telegrafou à sua sede na Escócia, informando: «Bloqueado pela tempestade. Espero instruções!»

A resposta não se fez esperar: «Considere-se em férias a partir de hoje».

Construções Vilamoura, S. A. R. L.

Relatório e contas

C R É D I T O

Vendas	126 050\$30
Explorações	1 835 509\$30
Serviços e Trabalhos Prestados	25 066 900\$80
Trabalhos Executados por Terceiros	538 605\$40
Custos Imputados	66 544 420\$90
Proveitos Acessórios	55 668\$90
Proveitos Financeiros	17 161\$00
Ganhos e Perdas de Exercícios Findos	6 820\$10

GANHOS E PERDAS EXCEPCIONAIS

Mais Valias do Activo	1 123\$00
Ganhos Acidentais	199 686\$10
	200 809\$10

PROVISÕES

Para Devedores Duvidosos	211 079\$90
Para Depreciação de Existências	109 495\$60
	320 575\$50

94 712 521\$30

O TÉCNICO DE CONTAS
Manuel Figueiredo Machado

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUSOTUR — Sociedade Financeira de Turismo, SARL.,
representada por Dr. Artur da Silva Martins
Dr. Júlio Fernando da Cunha Baptista Coelho
Eng.º Rui Manuel Pimentel Júdice Gamito

INVENTÁRIO DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 1975

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO DE COMPRA	COTAÇÃO EM BOLSA	VALOR DE BALANÇO		VALOR TOTAL DE AQUISIÇÃO	DIFERENÇAS	
					UNITARIO	TOTAL		Flutuação de Valores	Perdas lev. a resultados
1 — PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS									
1. 2 — Acções:									
Sociedade Agrícola de Vilamoura, SARL	50	1 000\$00	1 000\$00	—\$—	1 000\$00	50 000\$00	50 000\$00	—\$—	—\$—
1. 9 — TOTAL	50	—\$—	—\$—	—\$—	—\$—	50 000\$00	50 000\$00	—\$—	—\$—

Leia, assine e divulgue
«A VOZ DE LOULÉ»

HOTEL DOM PEDRO

VILAMOURA

★ ★ ★ ★

PARA O NOSSO RESTAURANTE E O FUTURO
SNACK, PROCURAMOS:

- Chefe de Cozinha
- Cozinheiros

Com largos conhecimentos no ramo. Responder ou apresentar-se no Hotel Dom Pedro — Vilamoura — Quarteira ou na n/ sede em Lisboa — AMASATUR. Rua Ramalho Ortigão, 3 - 3.º

L I S B O A

PARECER DO FISCAL ÚNICO

«Senhores Accionistas,

No decurso do exercício de mil novecentos e setenta e cinco comprovei a dedicação e zelo postos pela Administração e por quantos trabalham na nossa Empresa no desempenho das suas funções, tendo constatado que todos fizeram o seu melhor em favor da empresa que continua a enfrentar dificuldades conjunturais.

Os critérios valorimétricos adoptados foram alterados no que se refere à avaliação de existências, continuando, contudo, a estar de acordo com a lei fiscal.

Agradeço as referências feitas à minha pessoa pelo Conselho de Administração, no seu relatório.

Em face do exposto, sou de parecer:

- Que aprovem o relatório, balanço e contas relativos ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de mil novecentos e setenta e cinco;
- Que se dê aos lucros apurados a aplicação que o Conselho de Administração propõe;
- Que aprovem um voto de agradecimento a quantos trabalham nesta Empresa, pela diligência, zelo e competência manifestados no exercício dos seus cargos».

Dr. Vasco Alberto Laranjeira Soares da Veiga

É preciso fazer a Reforma Agrária

(continuação da pág. 1)
muito poderiam produzir, desde que devidamente tratadas. Daí que se tornasse imperiosa (e os homens do 25 de Abril sabiam-no) a realização de uma Reforma Agrária, através da qual o País aumentasse a produção agrícola e ficasse menos dependente do estrangeiro, neste domínio.

A Reforma Agrária deu, pois, os seus primeiros passos. Ao lado de muitas acções positivas fizeram-se também muitas asneiras, muitos exageros. Como aliás noutros sectores da vida nacional — o que só veio confirmar o que já dissera um poeta que «só se pode querer tudo quando não se teve nada». A contestação à Reforma Agrária foi então iniciada. Não se repudiavam os erros, não se comentavam os desvios — pura e simplesmente condenava-se a Reforma Agrária, por razões que nada tinham a ver com os interesses do País nem com a mais elementar visão da realidade política e social em que vivíamos e vivemos. A Reforma Agrária, mesmo em zonas em que nunca seria aplicada, foi (e é) o grande cavalo de batalha daqueles que, como o caranguejo, só para trás é que sabem «andar».

Todavia, a Reforma Agrária terá de ser feita. Deverão ser emendados os erros possíveis, mas é preciso continuar em frente. O desenvolvimento agrícola do País, tendo em vista atingir determinados quantitativos de produção (primeiro para as necessidades internas e, a prazo mais lato, para a exportação), é um imperativo de política económica que nenhum governo ciente das realidades poderá deixar de prosseguir.

Ao Estado cabe, aliás, um papel fundamental de apoio aos

que estão empenhados na prossecução da Reforma Agrária. O auxílio financeiro e técnico é imprescindível. A associação de pequenos proprietários em grandes cooperativas de produção ou mistas (produção-distribuição), terá de ser dinamizada pelo Estado, que poderá participar no capital em dinheiro ou em máquinas, sementes, gado, etc. Os sócios participarão com as suas terras, as suas alfaías e o seu trabalho. Os resultados dependerão da capacidade de organização e do desenvolvimento geral duma política correcta. Talvez então os absentistas — e são ainda tantos — se resolvam a sair do casulo e a encarar a realidade com olhos de ver.

Porque a Reforma Agrária, essa, é já irreversível.

M. E. CAMPOS

N. da R. — Mesmo que não concordássemos com as ideias expostas por M. E. Campos, nem por isso deixaríamos de publicar este artigo.

Mas por muito paradoxal que isso possa parecer, a verdade é que concordamos com a maneira simpática como é abordado o apaixonante tema da Reforma Agrária. E dizemos paradoxal, porque este jornal tem tido a coragem de discordar frontalmente dessa coisa a que imprudentemente se convencionou chamar de Reforma Agrária... só para inglês ver.

Claro que, a habilidosa e subtil forma como M. E. Campos trata do problema, força qualquer português a concordar inteiramente com o seu pensamento de idealista / sonhador, pois é evidente que o País precisa produzir mais. É urgente que o país deixe de importar tantos géneros alimentícios. E há neste país tanta terra abandonada sem nada produzir.

Impunha-se, portanto, que se fizesse uma Reforma Agrária, mas com o principal objectivo de cultivar as terras que os latifundiários deixaram abandonadas. Até porque era exactamente essa a «canção» que servia de pretexto para atacar os grandes agrários.

Porém, a verdade indelmentível, é que se estimulou os trabalhadores alentejanos a assumirem principalmente as melhores propriedades, onde havia vacas para ordenhar e borregos para comer.

Quintas-modelos, que eram o orgulho de gerações dos seus

Como é curta

a memória dos homens...

No tempo em que Portugal era um império colonial que era preciso abater, gritava-se euforicamente: «A ÁFRICA PARA OS AFRICANOS» mas parece que esse slogan já perdeu toda a razão de existir, pois considera-se agora mais lógico que a «África seja para os cubanos».

Como é curta a memória dos homens...

proprietários e fontes reprodutivas de riqueza do país, foram devastadas, espoliadas, arruinadas. Os seus bens roubados, os animais mortos, o recheio das residências saqueadas, num firme e inabalável propósito de dar cumprimento a certas linhas de orientação cujo objectivo era a destruição sistemática de toda a economia do País.

Prova evidente de que essas pessoas ficaram privadas de bens indispensáveis à sua sobrevivência como homens, provam-no as medidas agora divulgadas pelo Governo para socorrer as famílias que foram espoliadas dos seus bens e ficaram sem quaisquer recursos.

Será a isto que se chama uma Reforma Agrária?

Que justificação pode ser dada a asneiras feitas propositadamente?

M. E. Campos é os que seguem a sua linha reconhecem que houve erros no Alentejo, mas só agora o fazem. E fazem-no porque houve neste país uma data chamada 25 de Novembro. Antes disso, no reinado do Gonçalo, estava tudo certo porque os assaltos eram necessários ao cumprimento do «programa» de destruição da lavoura alentejana e portanto do país.

E dizemos isto só porque sentimos a amargura imensa de vermos a nossa Pátria na mais completa anarquia e só para servir interesses estrangeiros.

Claro que, as pessoas, que «querem tudo só porque tiveram nada» perdem a cabeça e, o mais que podem fazer é asneiras e exageros. Além disso há uma outra canção que diz: «Quem muito quer muito perde».

Foi o que aconteceu com a chamada Reforma Agrária. E esta que, se fosse feita honestamente, (impondo condições drásticas a quem não quizesse aproveitar as terras) poderia contribuir para melhorar as condições dos portugueses, apenas está afundando ainda mais a nossa débil economia porque a Reforma Agrária é sustentada por milhares de contos que o Estado paga em salários aos trabalhadores, fazendo o país dar os tais célebres «passos de caranguejo».

Sem dúvida que a Reforma Agrária tinha de ser feita. Nós entendemos que a Reforma Agrária terá que ser feita para aumentar a produção da terra e em termos de rentabilidade e não com fortes prejuízos dos cofres do Estado... porque isso é ruinoso para a Nação.

Não há dúvida nenhuma que o trabalhador alentejano merece ser acarinhado. Ele foi explorado e sacrificado por um trabalho duro e mal remunerado, mas é difícil acreditar que o deixe de ser explorado... só porque mudou de patrão.

...Os seus sonhos de independência e merecida felicidade fundamentam-se em desejar trabalhar livremente na sua própria terra e não para o Estado... como funcionário público que nunca desejou ser.

O ódio nunca gerou amor. É por isso que há pessoas que já saíram do «casulo» e ainda não conseguiram perceber por que se acabam com os latifundiários para se criarem outros imensamente maiores.

Folgamos em saber que algumas das mais pequenas já foram desocupadas.

É urgente que se faça justiça.

—(—)

Dizia-se (a realidade deturpa sempre as boas intenções) que a Reforma Agrária era para acabar com os latifundiários. Como na serra do Algarve não há latifundiários nem «trabalhadores» para ocupar as terras, estranha-se que nem sempre o Algarve tenha escapado.

Parece que já há quem diga que se pretende criar na serra do Algarve uma «reserva» de cubanos.

Será verdade?

OS ESTUDANTES DE QUARTEIRA FORAM ATENDIDOS PELA «EVA»

Correspondendo a solicitações várias de pais e de alunos de Quarteira que frequentam o Ciclo Preparatório em Loulé, a Comissão de Trabalhadores da Empresa de Viação do Algarve (ainda em exercício) decidiu satisfazer o pedido de que a camioneta de Quarteira que chega a Loulé às 9 horas fizesse o trajecto até ao Largo João XXIII para poupar às crianças o trajecto da Avenida, que em dias de chuva se torna penoso e pro-

vocava um considerável atraso na entrada das aulas.

E porque essa justa pretensão foi satisfeita, pede-nos o aluno Hélio Manuel Martins Espadinha que, em seu nome e no dos seus restantes colegas beneficiados, testemunhassem publicamente os seus agradecimentos à Comissão dos Trabalhadores da E. V. A. que considerou o pedido e o atendeu com compreensão e boa vontade.

A «FAMÍLIA CARVALHELOS» REUNE-SE EM FÁTIMA

Tomando em consideração a sua central localização e a facilidade de alojamento para as 1500 pessoas que compõem a «Família Carvalhelhos», Fátima foi a localidade escolhida para um encontro de consolidação do «espírito de equipa» que une e fortalece todos os colaboradores das águas de Carvalhelhos.

Este encontro nacional terá lugar nos dias 27, 28, 29 de Maio e terá como participantes os membros dos Corpos Sociais da Empresa e esposas; todos os

trabalhadores e seus colegas, assim como todos os agentes e subagentes e respectivos cônjuges e ainda representantes da imprensa regional de todo o País.

Aos interessados foi já enviado um projecto de programa bastante elucidativo que além de estabelecer uma confraternização entre todos os trabalhadores ao serviço directo da Empresa, prevê o estabelecimento de laços de união com a Imprensa Regional.

ALTE FESTEJOU O DIA DO TRABALHADOR

(continuação da pág. 1)
vios, apesar de tudo, continuam a poder disfrutar.

Notava-se uma certa apatia que contrastava com a alegria exuberante, descontraída e sábia dos que dantes iam a Alte rindo e cantando com os seus farneis. Os tempos agora já são diferentes.

Os rostos eram mais serumbáticos dos que se limitaram a assistir a um espectáculo de folclore, que é imprescindível na festa de Alte.

Este ano foi bem assinalada, e muito apreciada a actuação dos Ranchos de Gouveia e de Moncarapacho. Os aplausos de

que foram alvo testemunham o mérito dos seus componentes.

De assinalar também o curioso Cortejo de Oferendas com os imprescindíveis burrinhos e a música folclórica característica da região.

Como espectáculo sempre atraente, belo e renovado, poderam os visitantes admirar a torrente caudalosa da ribeira e das nascentes das Fontes Grande e Pequena, a transbordar água límpida, como consequência das chuvas dos dias anteriores.

Vimos assim que a ribeira de Alte continua a ser ponto de atracção do, que gostam de passar um dia ao ar livre. Além disso, Alte e os seus pitorescos arredores, têm muito que mereça ser apreciado pelos turistas e é realmente pena que, apesar do muito que já se fez para embelezar tão característica aldeia do concelho de Loulé, as entidades oficiais não tenham olhado para Alte ainda com mais carinho, transformando-a num polo de atracção turística do Algarve e melhorando as condições de vida da sua população.

E isto muito particularmente no aspecto de abastecimento público de água, que deve ser o maior problema de Alte e que tem tendências para se agravar, se não for rapidamente resolvido.

Parabéns a Alte e à sua festa por mais este êxito do 1.º de Maio.

TRANSCRIÇÕES

DE «A VOZ DE LOULÉ»

Em recentes edições, teve o nosso prezado colega «Diário de Notícias» a gentileza de transcrever do nosso jornal períodos dos artigos: «A questão dos eleitos»; «Eleições» e «Combater o Derrotismo» e também do nosso último fundo, «Vitória do Partido Socialista».

Os nossos agradecimentos pela gentileza.



ARMELIM CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da
G. Guerra, N.º 14.1.º-Enq.º

(Largo do Chafariz)
Campina de Cima
LOULÉ



Restaurante DUAS SENTINELAS

Esmerado serviço de
ALMOÇOS — JANTARES — CASAMENTOS
BAPTIZADOS

Ambiente acolhedor no pinhal da Estrada Loulé-Quarteira.

Área aprazível para recreio de adultos e diversão de crianças.

A 500 metros das Quatro Estradas
Experimenta a nossa cozinha. Preços acessíveis.